

3

Moral sexual: a visão da Igreja Católica e sua influência na sociedade brasileira

Devido à profunda influência, tanto ideológica quanto política e social, da Igreja Católica no Brasil, na formulação da moral brasileira e, principalmente na fundação e desenvolvimento das instituições educacionais, decidiu-se incluir, ainda que resumidamente para que esta pesquisa não se distancie dos seus objetivos principais, um estudo sobre o pensamento do clero brasileiro, como ele foi incorporado aos padrões coloniais e, posteriormente, à mentalidade e à moral sexual brasileira dos períodos históricos subseqüentes.

Começa-se por relacionar o cristianismo inicial e o poder que exerce sobre as atitudes em relação à sexualidade e relacionamento entre os gêneros em todo o mundo ocidental e, a partir de uma progressão no tempo, estuda-se a moral sexual oficial da Igreja no período que compreende a descoberta pelos portugueses, a colonização e a catequização do Brasil, com suas influências em nossa sociedade até os dias de hoje.

3.1

O cristianismo inicial

A decadência do império romano foi um processo lento, complexo e sofrido, onde a higiene, a ciência e a cultura greco-romana foram gradativamente substituídas pelos mitos, terrores e costumes tribais dos gentios e as vigorosas

culturas dos francos, normandos e godos, dentre outros povos.¹ O mundo pagão reagiu às investidas cristãs por meio de perseguições, mas a nova religião foi progressivamente conquistando a adesão de um número cada vez maior da população: patrícios começaram a agir de maneira bizarra em relação à filosofia romana, baseada nos valores do poder, da riqueza e no abandono do indivíduo aos próprios desejos, rendendo-se a uma filosofia assentada na humildade e na pobreza, incompreensivelmente fascinados por uma fé que lhes negava o direito aos tão valorizados prazeres sensuais. A conversão do Imperador Constantino, ao se aliar à Igreja cristã no ano de 323 d.C., por motivos tanto religiosos quanto políticos e econômicos, incorpora à lei o ideal cristão ascético (Socci, 1983). O exército que pretendia manter o império romano unido contribuía para a sua ruína, a lei e os sistemas monetário e mercantil não estavam à altura da tarefa e apenas o cristianismo encerrava alguma esperança de unificar a vasta e heterogênea coleção de povos que compunham o império romano naquele momento histórico. (Tannahill, 1980).

O cristianismo inicial se caracterizava por uma intensa repressão à sexualidade em todas as suas formas, com exaltação da virgindade para as mulheres tanto quanto da castidade para os homens, teoricamente contra o padrão de dupla-moral, o que era historicamente inédito. Relações sexuais eram permitidas apenas para a procriação e dentro do casamento, investido de significado sacramental e simbólico, sendo a poligamia abolida.

A nova religião assumia como missão catalogar a instrução moral contida no Antigo e Novo Testamentos. No entanto, no antigo Testamento não existe esse espaço reservado para a normatização da sexualidade: o sexo é visto como um dos aspectos constitutivos do homem e é dessa forma que aparece em diversas passagens bíblicas. Não se encontra nenhum julgamento da natureza sexual humana ou a idéia de que a sexualidade seja de uma ordem inferior à espiritualidade ou à intelectualidade. Na Sagrada Escritura, a sexualidade aparece como algo bom e desejável aos olhos de Deus, sempre num contexto mais amplo e relacionado a outros aspectos da vida humana. Segundo Araújo (1995), o que se observa é que há uma interpretação dos ensinamentos à luz das posições filosóficas de então.

¹ Para maior compreensão deste contraste cultural, ver Tannahill (1983) e Araújo (1977), relacionados na bibliografia.

Por sua vez, o Novo Testamento, que contém os ensinamentos deixados por Jesus para as comunidades cristãs, originalmente judias sob a influência greco-romana, também não sistematiza a conduta sexual nem dá uma norma completa da moral. Grande parte dos ensinamentos evangélicos em relação ao sexo se encontra em Paulo, principalmente nas Epístolas aos Coríntios I e II. É preciso não se afastar do contexto para compreender os fatos: Corinto era um porto muito movimentado, onde florescia a prostituição e outros comportamentos contrários à nova moral.

Paulo se refere à fornicação² como comportamento imoral, pois o homem que se relacionar sexualmente com uma prostituta estará maculando a carne que pertence ao Senhor e não ao indivíduo, pois *os “vossos corpos são membros do Cristo e quem se junta a uma rameira se torna um corpo com ela”* (I Cor 6, 15-16).

Virgindade, castidade e celibato são considerados pelo apóstolo melhores que o casamento, mas quem não puder se conter que se case, pois é *“melhor casar-se do que abrasar-se”* (I Cor 7, 9) e somente dentro do matrimônio é que se poderia exercer a sexualidade. Uma vez casados, marido e mulher não deveriam recusar (sexo) um ao outro:

Não vos recuseis um ao outro, exceto, talvez por algum período de mútuo consentimento, para ocupar-vos da oração; mas então, tornai a juntar-vos em um, para que Satanás não vos tente, por causa de vossa incontinência. (I cor, 5)

Paulo também reafirma a indissolubilidade do matrimônio, bem como a submissão da mulher ao marido:

As mulheres sejam submissas a seus maridos, como ao Senhor, porque o marido é a cabeça da mulher, como o Cristo é a cabeça da Igreja, seu corpo, do qual ele é o Salvador. E assim como a Igreja está sujeita a Cristo, assim o estejam também as mulheres a seus maridos em tudo (Ef 5, 22-24).

Mais uma vez, é importante contextualizar estes textos: naquela época a mulher era considerada muito inferior ao homem e estava muito marginalizada socialmente. A indissolubilidade do casamento estabelecia maior proteção e

² Entendida como toda relação sexual fora do matrimônio, seja hetero ou homossexual, incluindo o adultério e as relações sexuais pré-conjugais. (Araújo, 1995).

amparo à mulher, pois o marido podia divorciar-se dela por qualquer coisa, deixando-a desamparada numa sociedade em que a única alternativa nesse caso seria a prostituição. Mas, ainda que o evangelista estivesse longe de pretender ratificar a situação de inferioridade feminina, pode-se observar que, dos condicionamentos culturais, o da submissão da mulher parece ser um dos mais resistentes...

Se uma separação fosse inevitável, o casal deveria manter-se daí em diante em celibato; um novo casamento só era permitido em caso de morte de um dos cônjuges. (I Cor, 10-11). Não aparecem nos textos de São Paulo referências ao matrimônio tendo como objetivo único a procriação, pelo contrário, como já citado, o matrimônio era um meio para se aplacar o desejo sexual (I Cor 7, 9). A homossexualidade é condenada, porém não especificamente, mas no sentido geral das vicissitudes humanas como aparece em I Cor 6, 9-10:

Porventura não sabeis que os injustos não possuirão o reino de Deus? Não vos enganais: nem os fornicadores, nem os idólatras, nem os adúlteros, nem os efeminados, nem os sodomitas, nem os ladrões, nem os avarentos, nem os que se dão à embriaguez, nem os maldizentes, nem os salteadores possuirão o reino de Deus.

São Paulo não é o único que se refere à moral sexual no Novo Testamento, mas seus ensinamentos aparecem como os que maior influência tiveram na tradição católica.

Não aparece no Novo testamento referências ou proibições à masturbação, mas a moralidade do cristianismo passa a considerar o corpo e as sensações corporais como fontes de pecado. A rejeição ao prazer físico de forma geral, com ênfase na aversão ao prazer sexual, aparece em função de interpretações baseadas nas filosofias em moda na época, afastando-se da Bíblia, que apresenta uma visão bem mais positiva da sexualidade. Sob a influência do estoicismo³ e do neoplatonismo⁴, os intelectuais cristãos pregavam que a prática sexual era

³ De acordo com esta escola Filosófica Grega, fundada pelo filósofo Zenão de Cicio e desenvolvida por estóicos latinos nos dois primeiros séculos da era cristã, a felicidade reside na independência com relação a qualquer circunstância exterior e a sabedoria baseia-se no esforço e no valor moral da intenção. A imperturbabilidade (ataraxia), é o sinal máximo de sabedoria e felicidade, representando o estado no qual o homem, impassível, não é afetado pelos males da vida. A virtude repousa na ausência da paixão – as paixões, como movimentos antinaturais são doenças da alma. (Durozoi, 1993; Japiassú, 1996).

⁴ Corrente filosófica do século III da era cristã, nascida da fusão da filosofia de Platão com o misticismo judeu e oriental, segundo a qual o real é constituído por três hipóstases – o Uno, a

incompatível com a busca da perfeição humana. Santo Agostinho (335-430) foi o pensador católico mais influente na formação e divulgação desta nova moral sexual e seus ensinamentos transcendem a sua época para inspirar toda a teologia moral posterior. Seu pensamento é marcado por Platão e Plotino, bem como pelo maniqueísmo⁵, sua religião antes da conversão ao cristianismo. Em sua luta contra a sexualidade, que impregnava toda a sua existência, formulou uma moral que implica numa profunda repressão à sexualidade e ao prazer e propôs que, mesmo dentro do casamento, a relação sexual se dê sem prazer atendendo como único objetivo à procriação.

3.2 A moral sexual na Idade Média

No caos político e econômico que se estabeleceu após a queda do Império Romano, quando a lei secular não era mais imposta ou executada e a instrução desapareceu da vida pública e privada, os padres paroquiais gradativamente começaram a preencher a lacuna secular com preceitos cristãos, e sua lei moral era respaldada por ameaças com o fogo do inferno, que se revelou um meio de intimidação mais eficaz do que a imposição secular da lei. A lei moral era universal e podia ser aplicada na aldeia, na cidade ou no condado vizinho. Dessa forma, a moralidade cristã foi semeada investida de autoridade religiosa e social, que com o tempo se tornou inquestionável, principalmente devido à destruição do ensino e erudição do mundo clássico.

Durante o período conhecido como a era do Obscurantismo, ler e escrever se tornaram um privilégio dos mosteiros – e o que era lido, bem como o que era escrito, ficaram virtualmente, a critério apenas da Igreja. Escribas monásticos ocupavam-se integralmente em copiar o que era ortodoxo: o inortodoxo simplesmente não existia. Deliberada ou não, a censura estava bastante próxima de ser total. (Tannahill, 1980: 148-149).

Inteligência (Nous) e a Alma, sendo que as duas últimas procederiam da primeira por “emanação”. Teve grande influência na formação do pensamento cristão e inspirou Santo Agostinho. (Durozoi, 1993; Japiassú, 1996).

⁵ Religião que tinha como ponto central a luta incessante no mundo, entre o bem e mal. Admite dois princípios: um do bem ou princípio da luz, o outro do mal ou princípio das trevas. Estes dois princípios são representados no homem por duas almas: uma corpórea, que é a do mal e a outra luminosa, que é a do bem. (Araújo, 1977)

Apesar disso, a influência da Igreja sobre uma sociedade em estado semiprimitivo, foi lenta, gradativa, pois a vida sexual destes povos investia-se de características grosseiras e rudes. Senhores feudais tinham o direito de deflorar a noiva de qualquer um de seus vassallos e os nobres achavam-se no direito natural de abusar de qualquer mulher campesina que encontrassem em lugar solitário, sem comedimento ou qualquer tipo de remorso. A prostituição era legalizada em muitas cidades européias sob a supervisão municipal (Socci, 1983).

Com a queda do Império romano, também as conquistas das mulheres romanas, consideradas precursoras do feminismo, durante setecentos anos de evolução, foram varridas da história. A mulher voltou a ser uma propriedade masculina, sem representação perante a lei, excluídas das cortes e das heranças dos ancestrais e que poderiam ser distribuídas, em forma de presentes, entre os guerreiros homéricos. No casamento, a punição para o adultério da esposa era a morte e para o marido não havia penalidade alguma (Socci, 1983).

A Igreja, porém, conseguiu manter-se firme e foi bem sucedida em unir os povos heterogêneos do império, principalmente porque os chefes semibárbaros que se apoderaram do antigo Império Romano reconheceram nela uma aliada politicamente útil à manutenção da estabilidade. Assim,

Durante os confusos e ainda obscuros séculos entre os anos 400 e 1000 d.C., as populações migraram, governantes iam e vinham, toda a face da Europa se alterou e continuou a alterar-se. A Igreja cristã, no entanto, com sua mensagem galiléia impressa sobre um patrimônio de realismo babilônio, absolutismo hebreu, platonismo grego e materialismo romano, sobreviveu e expandiu-se como uma só força coesiva, em um mundo instável. Em quase todos os sentidos – até mesmo militarmente, com as cruzadas – a Igreja cristã se revelou a verdadeira sucessora da Roma imperial. (Tannahill, 1980: 147-148).

Entre os séculos IX e XII os tribunais eclesiásticos já dispunham do direito de julgar todas as questões relativas aos pecados mortais, ficando sob a jurisdição religiosa tudo o que se relacionava a casamento, adultério, concubinação e assuntos afins. Nesse período, a Igreja elaborou e difundiu rígidos ensinamentos anti-sexuais: a crença básica era a de que o prazer sexual é condenável, mesmo dentro do casamento, e havia regras para manter as pessoas

longe do pecado: em matéria de posições coitais, só a do homem em posição superior⁶ era permitida e quanto à frequência...

Certos rígidos teólogos recomendavam a abstenção nas quintas-feiras, em memória da prisão de Cristo; nas sextas-feiras, em memória de sua morte; aos sábados, em honra à Virgem Maria; aos domingos, em homenagem à ressurreição e às segundas-feiras em comemoração aos mortos. As terças e quartas eram amplamente abrangidas por uma proibição de intercurso durante jejuns e festivais – os quarenta dias antes da Páscoa, Pentecostes e Natal; os sete, cinco ou três dias antes da Comunhão e por aí adiante. (Tannahill, 1980: 158).

As mulheres boas cristãs, além de tudo, deveriam ocultar seus encantos, pois a beleza natural poderia ser perigosa para aqueles que a vissem, portanto seu dever era cobrir-se com o véu na Igreja e rejeitar os cosméticos. A partir do cristianismo, a mulher convertida adquiriu a “igualdade espiritual” e enquanto publicamente teria o direito de desempenhar trabalhos de caridade e evangelização para a Igreja, a nível privado, seu dever era o de se manter no antigo lugar de submissão. De acordo com Tannahill (1980), a Igreja enviava damas cristãs de bom nascimento a lugares inóspitos, para se casarem com líderes francos ou saxônios e os converterem.

Se a contracepção era considerada um pecado grave, a homossexualidade (masculina, é claro) era um crime muito maior e, além de um perigo para a Igreja e um repúdio à moralidade cristã, foi também considerada um perigo para o Estado. *O “batismo era recusado ao homossexual, assim como a instrução na fé, até que ele houvesse renunciado a seus hábitos malignos”* (Tannahill, 1980: 169). São Tomás de Aquino, filósofo e teólogo do século XIII, reforçou os temores tradicionais em relação à homossexualidade, demonstrando, a partir das proposições de Santo Agostinho sobre a especificidade dos órgãos sexuais para a reprodução, que este era um hábito criminoso, tanto aos olhos de Deus, como dos homens.

E então, a partir da Idade Média, com essa nova moralidade, homens e mulheres tornaram-se obcecados pela culpa em relação ao sexo, que aos olhos da Igreja era o maior pecado e a castidade passou a neutralizar outros pecados

⁶ Os teólogos reconheciam esta posição como a única “natural”, sendo todas as outras “antinaturais”, porque modelavam o homem ao animal, invertiam a natureza (hierárquica) do homem e da mulher e também porque outras posições eram suspeitas de prevenir a concepção e, portanto, contrariarem a natureza do casamento, sendo a contracepção um dos maiores pecados do sexo. (Tannahill, 1980).

menores como a opressão moral e a barbaridade física, tão presentes nos tempos medievais e posteriormente na Renascença, período histórico em que se dá a descoberta do Brasil pelos portugueses.

3.3

A moral sexual no Brasil

O Renascimento é caracterizado por um movimento que procura substituir os ideais medievais de devoção, fé e preocupação com o futuro, a morte e o inferno, pela busca de ideais mais seculares, desenvolvendo o ceticismo e o individualismo. O sexo já não parecia tão pecaminoso e poderia ser abertamente desfrutado – aristocratas, intelectuais e a também a classe média, agora bem representativa, começavam a associar sexo, amor e casamento.

O declínio da espiritualidade estava também associado à baixa reputação da Igreja que, apesar de manter seu ponto de vista sobre a indissolubilidade do casamento e o celibato para padres e freiras, vivia uma fase de permissividade sendo comum que padres mantivessem concubinas e tivessem filhos ilegítimos. O papa Alexandre VI (1492-1503), Rodrigo Borgia, era pai de cinco filhos ilegítimos; o papa Paulo III tinha um filho e tentou casá-lo com uma filha ilegítima de Charles V (Belzer, 1974 *apud* Araújo, 1977) e Julio II teve três filhos ilegítimos e ainda fundou um bordel em Roma, no início do século XVI (Tannahill, 1980). Os bordéis funcionavam livremente com a autorização da Igreja e algumas prostitutas de alta classe puderam trabalhar em suas próprias casas sendo consideradas membros respeitáveis da sociedade. Martinho Lutero, então padre católico, se rebelando contra tudo isso, lidera a Reforma Protestante, em resposta à qual, a Igreja reafirma sua doutrina, principalmente em relação aos assuntos de sexo e casamento (a Contra-Reforma) promovendo o Concílio de Trento (1536-1563). A moral contra-reformista, que foi estabelecida pela Igreja em relação à sexualidade, manteve rigidamente suas posições até meados do século XX.

Cerca de dois anos depois da volta de Colombo do Novo Mundo, em 1474, iniciou-se uma epidemia de sífilis na Europa que, sem a penicilina, se constituiu num flagelo para a população (Araújo, 1977). Pouco depois, em 1500, os portugueses chegaram ao Brasil.

A nova terra tinha um tamanho descomunal, um clima tropical e era povoada com habitantes inteiramente estranhos para estes portugueses, que conservavam ainda hábitos e mentalidade medievais, estabelecendo aqui uma colônia agrária e escravocrata. Esses primeiros colonizadores não eram homens de moral rígida, ao contrário, podiam ser náufragos, degredados, desertores ou simplesmente colonos anônimos. Povoar a nova terra era do interesse de Portugal assim como deles próprios e a única exigência da coroa era a de que esses novos colonos fossem católicos, mas não necessariamente com a rigidez do catolicismo da contra-reforma... Qualquer estrangeiro que aqui chegasse também era aceito, desde que se batizasse na fé católica.

A nudez dos habitantes do Brasil logo chocou os jesuítas, obcecados pela ocultação dos corpos, que tudo fizeram para vesti-los: Nóbrega quis dar a roupa sobressalente dos padres para os índios batizados e chegou a considerar a possibilidade de os próprios índios fiarem o algodão dos seus vestidos, no planejamento geral de aldeamento de 1558, para que a nudez dos índios e índias não viesse a causar excitação aos cristãos ou escandalizar os padres vindouros. Também se tornou verdadeira obsessão para esses padres fazer os índios casarem – e com uma só mulher –, mesmo tendo que suplicar a Roma que lhes desse a permissão de celebrar casamentos entre consangüíneos até o segundo grau, para incluir o matrimônio de tio com sobrinha, o casamento tradicional na aldeia. E a Reforma Católica aqui já começou cedendo: no casamento, na falta de roupas – pois *“que não se negasse o céu ao índio só porque lhe faltava a roupa”* – e nas missões realizadas na linguagem dos brasis. (Vainfas, 1997).

E quando o negro chegou, também lhe foi imposta a religião católica, mas essa imposição não criou um clima de antagonismo, como talvez se possa supor, pois era característica portuguesa, bem como de sua fé, a flexibilidade e o cosmopolitismo (Freyre, [1933] 1961; Araújo, 1995). Os primeiros padres enviados pela coroa ao Brasil, com a missão de catequizar os índios e estabelecerem uma relação de amizade com os colonizadores não podiam ter uma atitude muito rígida, pois assim não conseguiriam fazer nem uma coisa nem outra. E, dessa forma, foi se estabelecendo um clima de cumplicidade entre clero e poder.

A Companhia de Jesus, fundada em 1539, na filosofia contra-reformista, conquistou nas primeiras décadas do século XVII, o monopólio do ensino médio

em Portugal e também a Universidade de Coimbra que, conseqüentemente, limitou a já incipiente educação no Brasil, onde não se oferecia a menor possibilidade de desenvolvimento para a cultura laica – as autoridades lusitanas não prestigiavam, o ensino superior estava restrito à formação para o sacerdócio e toda manifestação cultural teria que partir da iniciativa clerical.

A instrução de nível médio deveria proporcionar ao estudante conhecimentos sólidos das gramáticas latina e grega e habilitá-lo a escrever e a falar de modo erudito, dentro de normas rígidas impostas com o objetivo de difundir a obra de São Tomás de Aquino e Aristóteles, além de alguns outros textos escolhidos para o estudo das humanidades, sendo censurado todo o material que estivesse fora destes parâmetros. (Araújo, 1995).

O principal mecanismo de controle das consciências e dos comportamentos residia no sacramento da penitência, que tinha na confissão sacramental a peça-chave da estratégia contra-reformista. Na tentativa de moralizar os colonizadores e, como era difícil fazer com que as pessoas cumprissem as regras morais impostas, criou-se uma série de penitências a serem cumpridas na forma de rituais, procissões etc. decorrendo daí a exteriorização da religiosidade tão característica do povo brasileiro. E assim, cada vez mais se distanciava a postura da Igreja das práticas dos habitantes da colônia, ficando a religiosidade mais na aparência: ricas construções, imagens de ouro ou grandes obras de arte e um povo em precárias condições de vida. Na prática, a moral sexual que se estabeleceu na colônia era de um tipo diferente dos preceitos teoricamente ditados pela Igreja, desde os seus próprios membros, pois muitos clérigos não respeitavam o celibato, tinham suas famílias com numerosos filhos e, mesmo assim, gozavam de prestígio social.

O olhar vigilante e a violência do Santo Ofício português também marcaram a sua presença no Brasil e a Inquisição atuou desde os meados do século XVI, a partir da instalação da diocese baiana. Mas nunca houve no Brasil o extraordinário e mórbido espetáculo que aglutinava no terreiro do Paço, em Lisboa, multidões que escarneciam dos condenados, apedrejavam-nos no cadafalso e contemplavam-nos na fogueira (Vainfas, 1997). No entanto, o temor difuso e onipresente suscitado pela terrível instituição se fazia sentir no leito conjugal ou em outras formas do ato amoroso. Qualquer coisa que se fizesse de menos usual, demonstração maior de prazer ou pequenos caprichos, poderia

chegar aos ouvidos dos familiares e, portanto, também dos inquisidores, que intimavam o acusado a constrangedores interrogatórios, com a possibilidade sempre presente da tortura.

Em 1594, quando andou em Pernambuco, a visitação do Santo Ofício arrancou de Ana Seixas um depoimento singelo e comovente: amedrontada, confessou ter tido duas relações anais com o marido, num período de 14 anos; pediu perdão, disse ter cedido às suas insistências e, desta forma, procurado agrada-lo, pois era bem casada em amor e amizade com o dito seu marido. Este também depôs, solidário: os ditos pecados fez na dita sua mulher contra a vontade dela, a qual, com medo dele, consentiu. (Primeira Visitação do Santo Ofício às partes do Brasil – Confissões de Pernambuco (Heitor Furtado de Mendonça apud Souza, 1986: 12)).

Coitos anais não geram filhos, sendo, portanto, prática pecaminosa, da mesma forma, o marido que desejasse a esposa com mais ardor cometia pecado gravíssimo. A sexualidade só se legitimava no casamento, cujo objetivo máximo (e mínimo) era a procriação, o que reforçava na mentalidade popular a identificação sexo-reprodução e a interdição do sexo-prazer. E como amor e casamento, na maioria das vezes, não andavam juntos, amor e sexo também não: essa cisão, historicamente determinada, se mostra bastante resistente à mudança, no comportamento masculino principalmente, mesmo na sociedade contemporânea com seus novos valores.

O sentenciamento dos réus pela Inquisição era bem mais tolerante com as pessoas de *mor qualidade*. Absolvidos, admoestados e mercedores de penas leves eram, por princípio, os confidentes voluntários sem prova de acusação, os que confessassem mais do que aquilo de que eram acusados, os que dessem provas sinceras de arrependimento e sujeição segundo o juízo do inquisidor, e ainda que condenados a multas e repreensões, custas e abjurações, tais indivíduos eram relevados da suspeita de heresia, livrando-se de penas corporais. Caso contrário, a pena poderia variar da abjuração pública no auto-de-fé até o “*relaxamento ao braço secular*” e o confisco de bens, passando por açoites, galés, exílios e trabalhos forçados. A aplicação e a duração desses castigos dependiam das circunstâncias dos delitos e da interpretação dos inquisidores sobre as intenções do réu – má fé, persistência no erro, propensão ao desacato moral ou doutrinário etc. Cinco juízes, entre inquisidores e deputados do Santo Ofício, ouviam e argüiam o réu, emitiam seus votos e deixavam o Conselho Geral arbitrar a pena definitiva (Vainfas, 1997). Os privilégios de que gozavam as

classes dominantes, entretanto, apareciam no teor das sentenças e das práticas punitivas, quando eram relevados de piores sentenças em razão de seus títulos e suas qualidades em nome da tradição aristocrática lusitana.

Ao que consta, raras foram as punições destinadas aos índios, que se beneficiavam da tutela dos religiosos, sobretudo dos jesuítas, só caindo na teia do inquisidor os forros e os desgarrados. Do mesmo modo, os negros escravos, protegidos paradoxalmente pelo cativoiro, ou seja, pelo zelo dos senhores por seu patrimônio. Quanto aos clérigos e religiosos, eram muito úteis à colonização e não convinha serem retirados do trópico por qualquer pecado. E mulheres, além de serem tão necessárias para casamentos (ou concubinatos) e de haver poucas no Brasil, deveriam ficar sob a responsabilidade dos homens e não do egrégio Santo Ofício. A especial casta de pecadores que os inquisidores se apraziam em supliciar eram os homens que não tinham poder nem proteção dos senhores coloniais – humildes portugueses, mazombos, mestiços, cristãos velhos dedicados aos ofícios, trabalho livre e pequeno comércio.

Como exemplo das repercussões das diferenças sociais nos julgamentos do Santo Ofício, no que diz respeito ao delito que apresentava as mais severas punições - a sodomia⁷:

(...) Antônio Aguiar e Marcos Tavares, implicados por praticarem a sodomia quando tinham 14 e 17 anos, respectivamente. Dormiam e brincavam juntos, alternando as posições sexuais na cama, de noite e no mato, durante o dia – ficando nesses chamegos por algum tempo, inclusive com outros rapazes. Seis anos depois, confessaram e se acusaram mutuamente ao visitador, que resolveu submetê-los a processo. Embora Antônio só tenha assumido os atos praticados com Marcos, foi considerado merecedor de graça e atribuída sua omissão a possível “esquecimento”. Já com Marcos Tavares, Heitor Furtado foi menos generoso: prendeu-o; submeteu-o a quatro interrogatórios; inquiriu-o a ponto de lhe arrancar acusações de bigamia contra sua mãe; e finalmente o condenou a ser açoitado pelas ruas da cidade e degredado dez anos para Sergipe (...) Antônio de Aguiar era branco, filho de senhor de engenho; Marcos Tavares era mameluco, forro, filho ilegítimo de índia brasileira e trabalhava na roça de um certo Diogo Cão. (ANT/IL., processo 6358 (Antônio) e 11080 (Marcos) apud Vainfas, 1997: 328)

O privilégio de transgredir a moral católica impunemente (obviamente) não era para todos...

Sabendo que, na formação da sociedade brasileira, a Igreja Católica teve uma atuação muito maior que apenas religiosa, abrangendo também dimensões

⁷ Prática homossexual de intercurso anal. (Tannahill, 1980).

políticas, sociais e econômicas, não se pode deixar de concordar com Jos Van Ussel (1980: 72), quando diz que o sistema de comportamento real não é tão determinado pelos valores ideais, mas muito mais pelas relações sócio-econômicas e que *a influência das igrejas era grande, sobretudo no que diz respeito aos valores oficiais, mas não o bastante para determinar totalmente o modelo real de relacionamento.*

Pode-se observar que, na prática, o poder da Igreja no Brasil colonial baseava-se, primordialmente, nos interesses econômicos e era endossado pelas relações políticas, sendo sua ideologia espiritual relativamente diferente da prática, esta adaptável àqueles interesses.

Quanto às normas morais em nossa sociedade colonial, estabelecidas de forma vertical e autoritária, sem espaço para avaliações, discussões ou consenso, era de se esperar que as pessoas não se comprometessem em segui-las, ao contrário, buscassem burlá-las ou desenvolvessem atitudes ambivalentes e neuróticas.

Van Ussel (1980) mostra como, numa sociedade tão complexa, onde o sistema de controle e domínio é, por vezes, ineficaz, se torna mais efetivo e durável o controle a partir do interior dos indivíduos. Partindo-se da imposição e do controle exterior pode-se atingir a imposição e o controle interior – que significa exercer diretamente uma imposição anônima, suprapessoal, inconsciente e invisível – cujo objetivo é garantir adequada marcha da sociedade. Nessa perspectiva, um pedagogo é mais útil e eficaz que dez tribunais: partindo-se da educação, a necessidade de controle posterior diminui.

Quando a imposição é exterior e os sujeitos não se responsabilizam por essas regras, as infrações, uma vez descobertas, podem provocar um sentimento de vergonha; mas se essas imposições são internalizadas, as transgressões fazem nascer um sentimento de culpa e não apenas perante os outros, mas culpado perante si mesmo. O controle dos hábitos sexuais, como as relações sexuais extraconjugais, por exemplo, que se constituíam num problema social prático – dos sujeitos em questão não quererem ser apontados, ridicularizados ou perderem seu prestígio social – tornou-se um problema ético, na consciência de cada um, com alta incidência de culpa neurótica que, de acordo com Yalom (1980), é precisamente a reação desproporcional por uma transgressão de tabus ou a imaginária transgressão a um tribunal social ou parental. O projeto de

domesticação dos indivíduos via célula familiar foi tão aplicado como a repressão mais violenta das relações sexuais e das uniões que transgrediam o casamento ou que transcorriam à sua margem. A penalização pela culpa é mais eficaz para conter o hábito de burlar as normas impostas. É também muito mais duradoura e, sem dúvida, ecoa na sociedade até os dias de hoje.

Em 1808, a transferência da família real de Portugal para o Brasil, acena com novas possibilidades para nosso clima cultural. Em 1821, é proclamada a independência e o liberalismo passa a ser defendido por muitos políticos e intelectuais, no entanto, a elite predominante vinha de uma instrução portuguesa no pensamento tradicional, cuja moral era baseada nos rígidos ideais católicos. E, então, o período imperial brasileiro, embora com características liberais, repetiu o mesmo modelo de formação moral.

A Igreja estava intimamente ligada ao Estado: seus membros interferiam diretamente na política, assumiam cargos públicos e, naturalmente, também sofriam pressões políticas, o que os afastava de uma missão puramente religiosa e pastoral. Aqui, a Igreja se encontrava dividida: muitos clérigos eram liberais, o que Roma não aprovava e, uma minoria, tradicionalista. Os progressos no campo científico levantavam questões que levaram a Igreja a se sentir ameaçada e o Vaticano reagiu transferindo para cá mais clérigos de pensamento tradicionalista com a missão de reprimir os arroubos liberais dos brasileiros, insistindo numa formação acadêmica mais rígida para os membros do clero.

Com a proclamação da República em 1889, o Estado se separou da Igreja, mas clérigos tradicionalistas lutaram – com sucesso - para conseguir lugares importantes na política brasileira. E apesar de não haver ligações formais entre tradicionalismo e catolicismo, na prática houve, porque os tradicionalistas eram católicos e, em relação à moral, a Igreja continuou a impor as suas normas, impedindo as discussões sobre tudo o que não endossava. Como sobre o divórcio, por exemplo, que como se sabe, encontrou muita dificuldade para ser legalizado.

Dessa forma, a normatização da sexualidade continuou sob a tutela da Igreja, imposta nos colégios, pregada nos sermões da missa dominical e em todas as atividades pastorais dos padres. A partir de meados do século XIX, houve no Brasil um novo surto de repressão da sexualidade, como conseqüência ao avanço do espírito burguês e liberal resultante da Revolução Francesa e da Revolução Industrial. À idéia de prazer e bem-estar corporal, contrapunha-se a necessidade,

reforçada pela doutrina católica, do espírito de mortificação e sacrifício. Os novos institutos religiosos europeus, que também se estabeleceram no Brasil, já vieram marcados com essa mentalidade puritana. Os temas relativos à sexualidade eram totalmente excluídos das orientações destinadas à educação, onde a ênfase era dada à salvação da alma.

Três questões relativas à sexualidade mereceram destaque nesse período marcado pela mentalidade puritana que, segundo Azzi (1993), se inicia com a Revolução de 1930: o exagero na repressão do corpo; a educação sexual baseada na omissão de qualquer informação sobre o tema, com o objetivo de evitar que se despertasse o “*desejo prematuro e pecaminoso*”; e os métodos anticoncepcionais, interpretados pela Igreja como propaganda pornográfica e comunista, visando a descristianização do país.

Nessa linha de pensamento, as alunas das escolas religiosas eram educadas a nunca se apresentar despidas diante das colegas, embora dormissem em quartos comuns. Segundo a religiosa Áurea Menezes, do Colégio Santa Clara em Goiás, havia um ritual para a troca de roupa pela manhã:

Rezando, trocavam a camisola, que ia até os pés, sem decote e de mangas compridas, tendo o cuidado de colocar a colcha ou o lençol sobre os ombros, enquanto se vestiam. (Menezes, A. C. apud Azzi, 1993: 126).

E em relação ao banho:

Em 1929, foram instaladas banheiras com água quente e fria e chuveiros frios. A irmã responsável pelos banheiros era quem colocava a água nas banheiras. O banho era rápido, com a vigilante batendo à porta em caso de demora. O silêncio era observado durante o mesmo. (idem)

Em alguns estabelecimentos religiosos chegou-se a impor que as meninas usassem camisolas durante o banho, mesmo sendo individual, a fim de evitar que as alunas desenvolvessem uma consciência mais nítida da própria corporeidade e sexualidade, pois a ignorância em matéria sexual constituía a melhor forma de preparar a juventude para uma vida adulta virtuosa e sadia.

Outro depoimento, desta vez de um aluno do colégio salesiano de Jaboatão, em Pernambuco, mostra que também a educação masculina era pautada pelos padrões rígidos do puritanismo, mesmo que sem a mesma intensidade:

Dentro deste clima, falava-se na pureza como a maior virtude e, por conseguinte o pecado contra a castidade era o maior de todos. E, por ser um assunto muito delicado, quase sempre era abordado por metáforas, e nunca diretamente. Não me lembro de ter ouvido alguma vez palavras ou expressões que falassem diretamente sobre órgãos genitais, sexualidade ou coisa similar. (Silva, J. P., 1989 apud Azzi, 1993: 127).

Em seu livro de 1935, sugestivamente intitulado como *Solução do Problema Sexual*, o Pe. Lacroix defende a sua tese de que a única solução verdadeira e sustentável para o “*seríssimo problema*” da sexualidade é, em termos práticos, a continência sexual, a virtude da castidade. Na primeira parte do livro ele desenvolve a solução teórica e, na segunda, expõe a prática, com as técnicas necessárias para que pais e educadores pudessem executá-las na educação dos filhos e/ou alunos.

O mal deveria e deve prevenir-se ou curar-se a tempo, na mocidade. Mas os próprios pais são em geral néscios, estultos, e tantas vezes alucinados pela deusa Vênus. São falhos de bom senso para guiarem os filhos justamente no terreno sexual, para guiá-los na ingente luta pela castidade. (...)E são culpados da sua cegueira, responsáveis pelo mal que não afastam dos filhos. Juntamente com eles, os filhos serão desgraçados se deles não houverem aprendido, para passar adiante mais tarde, a arte das artes, a de se dominar, sobretudo no terreno sexual, pelo adestramento oportuno e pela aquisição do hábito, da virtude da castidade! (Lacroix, 1935: 549-550).

O tom literário pessimista, tenebroso e ameaçador característico da época permeia a maioria das obras nesta área e, embora seu autor reconheça o sexo como algo instintivo e portanto pertencente à natureza do homem, considera o prazer sexual que acompanha o instinto como o real problema pois é “*ele precisamente que leva o instinto aos seus funestos exageros*” e aconselha, por isso mesmo, a repressão desse prazer através do controle mental dos pensamentos fantasiosos *indecentes*, negativamente reforçados pelo sugestivo clima de medo e culpa.

Por outro lado, tido como revolucionário e significando um grande avanço com relação ao pensamento católico, foi o livro do Pe. Álvaro Negromonte, intitulado *A Educação Sexual (para pais e educadores)*, publicada em 1940, que defende a idéia de que os pais devem falar com os filhos sobre sexualidade e alerta para os inconvenientes do silêncio. No entanto, suas orientações estão

dentro dos padrões conservadores: por exemplo, diz que o instinto sexual tem o sentido da preservação da espécie e fora destas circunstâncias o sexo é antinatural não devendo ser praticado por prazer; adverte os pais para que não permitam que os seus filhos pequenos toquem os genitais, pois isso poderia causar-lhes malefícios; aconselha a confissão para que o jovem possa ser orientado pessoalmente pelo confessor, pois nos sermões as diretrizes dadas são coletivas e, condena severamente a masturbação:

Não é da idade, mas do vício, se o mesmo se torna pálido, desconfiado, evitando olhar para a gente; se perde a capacidade de trabalho, principalmente intelectual; se foge dos camaradas e prefere a solidão, se já não tem as expansões de alegria, próprias dos adolescentes. Isso são sintomas do vício. (Negromonte, 1940 apud Araújo, 1995: 158).

Neste período, as restrições às informações a respeito da sexualidade podiam ser acompanhadas por fortes ataques aos textos e respectivos autores que se atrevessem a abordar o tema, fosse o ponto de vista literário, pedagógico ou científico. De acordo com Azzi (1993), no Sínodo realizado na diocese de Campinas, em 1928, estabeleceu-se que em todas as paróquias criar-se-ia um Centro Legionário da Boa Imprensa, composto de dez legionárias escolhidas entre os membros mais devotos das associações religiosas femininas, com a missão de promover as boas leituras e combater a má imprensa. E as Irmãs Sacramentistas de Nossa Senhora, fiéis às diretrizes gerais do episcopado brasileiro, celebravam anualmente a festa do bom livro, que se constituíam em brigadas de jovens com a finalidade de levar à fogueira os livros considerados atentados à pureza da mocidade. Pode-se exemplificar o poder da ideologia desta época, com a mensagem da normalista Maria Luiza de Castro endereçada às suas colegas, em 1944:

Alerta, alunas e ex-alunas sacramentistas! Setembro se aproxima e com ele a festa do Bom Livro! Não se esqueçam de que é da mocidade escolar que o meigo Jesus espera, neste dia, cooperação na derrota dos maus livros. Não hesitem: mãos à obra. As livrarias e bibliotecas estão cheias desses venenos cruéis, e é nosso dever destruí-los. Pedimos-lhes que desta vez preferimos maior número de livros maus, pois são eles os destruidores da moral cristã, dos sentimentos nobres, e o maculador da inocência de tantas almas jovens, e, portanto, merecem ser lançados ao fogo, e suas cinzas carregadas pelo vento. (Ecos Sacramentinos apud Azzi, 1993: 130).

Quanto aos métodos anticoncepcionais, a encíclica *Casti connubii*, do Papa Pio XI, publicada em 1931, reforçou a doutrina tradicional da Igreja - procriação como finalidade única e específica do matrimônio - que até a década de 50 se manteve irredutível, mas já abre um pequeno espaço para o sexo não necessariamente ligado à procriação, quando declara que é expressamente proibido qualquer método contraceptivo com exceção da continência periódica (tabela). (Araújo, 1995). O aborto é veementemente condenado sob quaisquer circunstâncias e a emancipação feminina também, pois a mulher precisaria se ausentar do lar para trabalhar e, portanto, não poderia cumprir suas tarefas como mãe e dona de casa, além de se colocar em igualdade com o marido.

(...) nem é razoável e digna a liberdade que convém à cristã e nobre missão da mulher e esposa; é antes a corrupção da índole feminina e da dignidade materna e a perversão de toda a família, enquanto o marido fica privado de sua mulher, os filhos da sua mãe, a casa e toda a família da sua sempre vigilante guarda. Pelo contrário, essa falsa liberdade e essa inatural igualdade com o homem redundam em prejuízo da própria mulher; porque, se a mulher desce daquele trono real a que dentro do lar doméstico foi elevada pelo Evangelho, depressa cairá na antiga escravidão (senão aparente, certamente de fato) tornando-se, como no paganismo, simples instrumento do homem. (Papa Pio XI apud Araújo, 1995: 110-111).

Diante das grandes transformações tecnológicas e científicas, econômicas, éticas e sociais do século XX, ocorridas a partir da década de 30, pode-se afirmar que, em relação à sexualidade e as relações de gênero, a Igreja se manteve numa atitude conservadora, com alguma evolução a partir da década de 50, já sob a influência do espírito liberal difundido em todo o mundo após a II Guerra Mundial.

A educação sexual foi tolerada, mas em termos muito restritos e conservadores, que enfatiza a educação sexual direcionada para a castidade. Praticamente nenhuma atualização ocorreu em 1965, com o Concílio Ecumênico Vaticano II, com o qual permanecem as restrições aos métodos contraceptivos apresentados pela ciência, sendo permitidos somente aqueles que a Igreja considera naturais. Segundo o dito Concílio, *O “matrimônio e o amor conjugal estão por si mesmos ordenados para a procriação e educação dos filhos”* (Conc. Ecum. Vaticano II, Const. Past. *Gaudium et Spes*, n.50), reafirmando a visão da Igreja de que *“amor e fecundidade são significados e valores da sexualidade, que*

se incluem e reclamam mutuamente e não podem ser considerados nem alternativos nem opostos” (idem).

Na Carta Encíclica *Humanae Vitae*, do Papa Paulo VI, sobre a regulação da natalidade, em julho de 1968, ficou estabelecido até os dias de hoje que, estando a doutrina da Igreja Católica

fundada sobre a conexão inseparável que Deus quis e que o homem não pode alterar por sua iniciativa, entre os dois significados do ato conjugal – o significado unitivo e o significado procriador – considera lícito (apenas) o recurso aos períodos infecundos, ao mesmo tempo em que condena sempre como ilícito o uso dos meios diretamente contrários à fecundação, mesmo que tal uso seja inspirado em razões que podem parecer honestas e sérias. (Papa Paulo VI, 1968).

A Igreja continua tentando estabelecer valores sexuais, preocupada em moldar e controlar o comportamento humano, no entanto, com as transformações econômicas, políticas, sociais e tecnológicas, todo um conjunto de atitudes vem mudando, progressiva e inexoravelmente, em direção a um liberalismo que se expressa de várias formas e que a Igreja já não pode conter.

Extremamente significativos foram os resultados de uma pesquisa de opinião do *Jornal do Brasil*, realizada no Rio de Janeiro em setembro de 1997 (*apud* Pitanguy, 1997), mostrando que uma expressiva maioria da população (74%), que se declara católica, foi favorável ao abortamento legal.

3.4 Alguns comentários

Sabe-se que os antigos chineses, gregos e romanos eram altamente sensuais e eróticos – obviamente, nem sempre acompanhados, na mesma proporção, pelas suas esposas – mas o advento do cristianismo desacelerou marcadamente as práticas sexuais, ou, pelo menos a sua concepção, desvalorizando o corpo, principalmente o da mulher, estigmatizada como a sucessora da tentação (na figura de Eva) e construindo uma percepção do sexo como algo imundo e bestial. A desconstrução desta visão tem se processado lentamente.

A sexualidade e as relações entre os gêneros na sociedade brasileira têm início com a interseção de duas culturas, ou mais precisamente, com o encontro da sexualidade da mulher índia com a do homem português. Pode-se observar

algumas diferenças entre a cultura indígena, no que tange à sexualidade e gênero, e a cultura portuguesa, nossa herança familiar básica. No entanto, segundo os autores consultados, parece que desde o início, as semelhanças são mais evidentes. Comparando-se as duas culturas, isso pode ser facilmente observado e, em suas semelhanças, ambas concorrem para reforçar os seus valores.

A desigualdade sócio-política entre os gêneros, com supremacia masculina, caracterizada por um excesso de regras e limitações sobre as mulheres, a presença da violência do homem contra a mulher e a dupla-moral no que se refere à poligamia, estão presentes tanto na sociedade indígena quanto na sociedade colonial portuguesa e são ainda parte integrante da cultura contemporânea.

A expressão da sexualidade do índio é diferente da dos não-índios, mas não muito. Apesar de toda a aparente liberdade sexual indígena, reforçada pela nudez, existiam valores e regras que normatizavam o comportamento sexual e as relações, exatamente como acontece nas sociedades não indígenas.

O que, talvez, possa nos parecer interessante é que o erotismo na aldeia não se limitava à relação amorosa, revelando-se difuso através dos contatos físicos entre as pessoas em geral, principalmente entre as do mesmo sexo. No entanto, não se encontrou nenhuma referência a comportamentos homoeróticos definidos como tal.

Como anteriormente discutido, na cultura indígena o casamento aparece como uma transação econômica capaz de garantir o forte jogo de poder e parentesco, que, em quase nada difere da família colonial luso-brasileira, cuja finalidade era, como aparece em Azevedo (1966: 125), “*preservar a fortuna e manter a linhagem e a pureza do sangue, sendo comum os arranjos matrimoniais entre primos ou tios e sobrinhas*”.

Por outro lado, apesar das relações extraconjugais para as mulheres da aldeia indígena não serem bem vistas pelo resto da comunidade, a infidelidade não se constitui causa de separação dos casais. De maneira oposta, em nossa cultura, a infidelidade feminina tem sido, historicamente, a causa número um das separações matrimoniais e, em geral, bem trágicas.

Segundo as pesquisas de Willems (1953), parece que nunca houve uma cultura comum do país quanto às relações de gênero e sexualidade, sendo estas relativamente determinadas pela classe social e econômica. Uma maior assimetria entre os gêneros ficava por conta das classes superior e média, onde o

comportamento (sexual) feminino era severamente vigiado e a virgindade, o pré-requisito fundamental para o ingresso na instituição casamento, o que não ocorre nas classes inferiores, rurais, esmagadora maioria da população, onde o casamento aparece como uma instituição muito mais instável.

A atitude dominante em relação ao sexo como um mal, prosseguiu até o período vitoriano, que no Brasil ecoou pelas primeiras décadas já do século XX, onde as mulheres eram encaradas como puras, piedosas, submissas e domésticas. Essa ideologia é tão impregnante que também aparece no discurso de médicos eruditos ao sustentarem que os “anjos do lar”, se bem educadas, não têm impulso sexual. Mas o século XX, com todas as suas transformações em todas as áreas, inevitavelmente teve que incluir também uma revolução na vida privada.

Apesar das colocações de Van Ussel (1980) sobre a pouca influência das Igrejas no modelo real de relacionamento, a maioria dos autores concorda quanto à influência de toda uma tradição, desde os primórdios do cristianismo, que retrata o sexo de maneira ambivalente como algo impuro e mesmo sujo, imoral, pecaminoso, reprovável e, por isso mesmo tolerado apenas no casamento. Algo que também faz parte da natureza humana, mesmo que não se queira, podendo se tornar ainda mais perigoso se for integralmente reprimido e que ainda por cima é terrivelmente atraente.

Essas atitudes vêm, obviamente, mudando em direção a um liberalismo que se expressa de várias formas. Agindo como fatores desinibitórios, podemos citar o surgimento da psicanálise, quando Freud propôs uma visão mais realista da sexualidade, as necessidades sociais e econômicas que se desenvolveram após a Primeira Guerra, os inúmeros avanços tecnológicos do século XX, o aumento de estudos científicos sobre a própria sexualidade – a inauguração da sexologia, por exemplo – a diminuição da religiosidade ou da influência ideológica da Igreja na vida íntima, o surgimento de anticoncepcionais simples e mais efetivos, o movimento de emancipação feminino etc. Apesar de não se poder definir o grau de importância de cada um dos fatores acima citados, todos têm contribuído para a diminuição da dupla-moral e uma maior igualdade entre os gêneros quanto à expressão sexual. Surge uma consciência mais clara e aceitável da busca do prazer sexual, principalmente para a mulher, um sexo mais igualitário com os homens mais preocupados com a satisfação das suas parceiras e as mulheres mais participantes e ativas.

A história da sexualidade, no entanto, não é linear, períodos de maior repressão se seguem a períodos de liberação e vice-versa. Tantos séculos no padrão repressivo e ambivalente não podem desaparecer definitivamente de atitudes e padrões de comportamento em meia dúzia de décadas. E mesmo que as atitudes em relação ao sexo estejam em processo acelerado de transformação, estudando-se a história da sociedade e da família brasileira, especificamente, fica claro que as mudanças de valores e comportamentos não são tão ágeis quanto os progressos tecnológicos. Como disse o moralista católico Snoek (1981), sobre a sexualidade, é mais fácil reprimir do que desreprimir.

A histórica construção de uma cisão que divide as manifestações da sexualidade em sexo-reprodutivo-tolerável-com-restrições de um lado e sexo-prazer-perigoso-pecaminoso de outro, com tácitas tentativas de interdição deste último, ainda se faz sentir na cultura contemporânea. A própria necessidade de libertação sexual pode confirmar a presença da repressão, confirmada ainda pela observação da discrepância entre atitudes e comportamentos com relação a sexo e gênero – atitudes igualitárias e comportamentos conservadores (Jablonski, 1999) – bem como a presença de todo um investimento científico na área, representado pela sexologia, pela farmacologia, pela medicina e pela psicologia, dentre outras, cujo objetivo é melhorar qualitativa e quantitativamente toda e qualquer possibilidade de prazer sexual. É preciso todo esse investimento para que o prazer sexual seja realmente uma possibilidade ao alcance da maioria.

E é precisamente no medo do fracasso no desempenho sexual que as pessoas revelam a presença de culpas e ansiedades básicas quanto à sexualidade, que se encontram mascaradas atrás de atitudes ou comportamentos de aparente liberdade e sofisticação. A educação geral continua vinculada aos princípios religiosos de repressão e controle sexual e a Igreja católica, até hoje, reprova a maioria dos métodos contraceptivos cientificamente desenvolvidos e defende a idéia de que a prática sexual só é realmente aceitável para se procriar. Condena as relações pré-maritais e extraconjugais, o divórcio, a homossexualidade e o aborto. A austeridade do vestuário de seitas evangélicas demonstra o obsessivo controle do corpo e ainda hoje, pode-se ouvir a fala inflamada dos pregadores atribuindo males e doenças ao gosto pelo prazer carnal. A milenar repressão da sexualidade continua se manifestando pelo controle minucioso do ato sexual e particularmente do corpo feminino, seja este controle efetuado pela religiosidade ou pelo excesso

de técnicas direcionadas para o aumento do prazer. Para que fatos como esses possam ainda ocorrer é preciso que haja uma certa concepção de sexualidade, compartilhada culturalmente, vinculada aos princípios que norteiam essas práticas. E a idéia de sexo como algo pecaminoso, proibido ou perigoso parece persistir, se não de forma consciente, pelo menos de forma subliminar gerando sentimentos como medo, vergonha e culpa que, obviamente, não combinam com prazer. Em função de um grande clima de liberalismo o sexo mudou, mas nem tanto. O processo que teve início nas décadas de 50 e 60 ainda está no meio do caminho, acompanhado de expectativas, ansiedades e inseguranças.

Parece ser uma necessidade humana o fato de que, à falta de informação correta e confiável, como acontece em relação à sexualidade na educação formal e informal dos brasileiros, a tendência é que se preencham as lacunas do conhecimento com as crendices, o misticismo e a magia, tão abundantes na cultura luso da Idade Média, na cultura indígena e africana herdadas por nós.

Neste sentido, é interessante a pesquisa de Leal (1998), realizada com população urbana de baixa-renda de uma região periférica da cidade de Porto Alegre, identificada socio-antropologicamente como classes populares, que enfoca as práticas, as crenças, os valores e os comportamentos sexuais, reprodutivos e contraceptivos masculinos e femininos, ou seja, aquilo que se pode chamar de cultura sexual. Um dado que se destaca é como se pensa o corpo e suas funções reprodutivas e sexuais: há um massivo entendimento, tanto por parte dos homens quanto das mulheres, de que o período menstrual é também o período em que o corpo feminino está mais apto a procriar - 59% dos entrevistados acreditam ser durante o período menstrual, ou imediatamente antes ou imediatamente depois deste, o período ideal de fecundação; 16% acreditam que pode ocorrer em qualquer momento do ciclo ou que depende de outros fatores externos ao funcionamento biológico do corpo e 8% (cuja maioria absoluta é de homens) declaram não saber. De fato, apenas 15% (cuja grande maioria é de mulheres) têm um conhecimento que corresponde ao da biomedicina a respeito da fecundação e isto tem efeitos diretos nas suas formas de utilização e efetividade dos métodos contraceptivos. A pesquisadora observa também que são as mulheres jovens e com maior escolaridade que tendem a declarar corretamente o período fértil, mas mesmo neste grupo minoritário a resposta se distingue em termos do que deve ser respondido e o sistema de crenças efetivo a respeito de uma concepção de corpo,

ou seja, elas tendem a responder de forma correta porque se sentem testadas como numa questão escolar, mas na prática não levam esta informação em consideração. Para os homens, as questões relativas à fecundidade são percebidas como não de sua competência. A relevância deste dado se refere ao fato de se tratar de população urbana, que apesar de extremamente pobre, está culturalmente incluída na modernidade e é ostensivamente medicalizada e assistida por serviços públicos de saúde e planejamento familiar.

Outro dado que se considerou importante destacar, ainda na pesquisa de Leal, se refere à produção social dos gêneros masculino e feminino que ainda mantém bases muito diferenciadas: os valores que regem os modos sexuais das relações estão intimamente associados aos modos sociais tradicionais de produção dos gêneros.

Espera-se ter demonstrado que a repressão sexual apresenta várias e renovadas facetas e que não desapareceu com os movimentos de liberação sexual, apesar de tantas transformações neste sentido. No contexto contemporâneo, padrões econômicos, sociais e culturais sexualmente repressores persistem, seja em suas formas tradicionais ou renovadas, explícitas ou subliminares.

A esses descompassos históricos que complicam a comunicação emocional nas relações afetivas e sexuais, entre os gêneros ou intragênero para os homossexuais, ainda se deve considerar a ansiedade e insegurança causadas pela busca desesperada da forma corporal perfeita, segundo os modelos apresentados pelos meios de comunicação e propaganda, ainda que se “ensine” que o corpo é secundário em relação aos “valores do espírito”, conforme a dicotomia cartesiana mente-corpo, que prevalece no sistema educacional geral.

E como se não bastassem tantas dificuldades em torno deste movimento no sentido da liberação e da desrepressão, com o advento da AIDS, o sexo torna-se novamente perigoso. Do que se esperava, enfim, o máximo prazer, passou a representar risco de vida. Além das disfunções sexuais, das doenças sexualmente transmissíveis e tantas outras questões a serem resolvidas (ou justamente por causa delas...) somou-se ainda mais essa.

É nesse contexto que a propaganda erotizada surge e atua.